



HISTÓRIA XUKURU, HISTÓRIA INDÍGENA NO NORDESTE: NOVAS ABORDAGENS

Edson Silva

Doutor em História Social pela UNICAMP; mestre em História pela UFPE; Pesquisador do Laboratório de Estudos de Movimentos Étnicos-LEME/UFCG, do Núcleo de Estudos e Debates Sobre a América Latina-NEDAL/UFPE e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade-NEPE/UFPE; Leciona História no Colégio de Aplicação/CENTRO DE EDUCAÇÃO-UFPE

E-mail: edson.edsilva@gmail.com

Os índios no Nordeste como objeto de estudos históricos

A partir da segunda metade do século XIX intensificou-se as afirmações oficiais do desaparecimento dos índios em Pernambuco e da extinção dos aldeamentos. Eram discursos que justificavam a medição, demarcação e loteamento das terras indígenas, como forma de solucionar conflitos entre os índios e os invasores, o que legitimou arrendatários tradicionais que paulatinamente tinham se apossado das terras dos aldeamentos. Encontramos sistematicamente, nas falas das autoridades que os índios estavam “confundidos com a massa da população”. Somava-se à negação da identidade dos índios, muitos pedidos de invasores dos territórios indígenas e autoridades, para declaração legal da extinção dos aldeamentos, em razão do suposto desaparecimento dos grupos indígenas (PORTO ALEGRE, 1992/1993; SILVA, 1995; 1996).

A extinção dos aldeamentos estava baseada na idéia de assimilação dos índios, como enfatizava uma autoridade: “*Hoje talvez fosse mais conveniente confundir esse resto de índios com a massa da população; e o governo dispor de suas terras como melhor lhe parecesse; porque isto de Aldeas é uma chimera*”.¹⁷ (Grifo nosso). Com essa idéia de que as aldeias eram fantasias, e que por

¹⁷Ofício de Francisco Caboim (Barão de Buíque), Diretor Geral dos Índios da Província de Pernambuco, em 15/11/1870, ao Presidente da Província. Arquivo Público Estadual/APE, Códice



isso não havia mais razão para existirem, posseiros, senhores de engenho e latifundiários, sobretudo após a Lei de Terras de 1850, como se constata na documentação pesquisada, ampliaram suas invasões nas terras dos antigos aldeamentos em Pernambuco.

Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram a ser chamados de *caboclos*, condição muitas vezes assumida por eles para esconder a identidade indígena diante das inúmeras perseguições. A essas populações foram dedicados estudos sobre seus hábitos e costumes, considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas, consideradas em vias de extinção, como também aparecerem nas publicações de escritores regionais, cronistas e memorialistas municipais que exaltam de forma idílica a contribuição indígena nas origens e formação social de cidades do interior do Nordeste. Essas idéias serão reproduzidas em escritos literários e estudos acadêmicos posteriores.

A imagem do *caboclo* aparece em obras literárias sobre fatos pitorescos, recordações, “estórias” das regiões Agreste e Sertão pernambucano. Como personagens típicos e curiosos que buscavam se adaptar às novas situações de sem-terras, vagando em busca de trabalho para sobrevivência. Escritores e vários estudiosos, como Gilberto Freyre, Estevão Pinto, Câmara Cascudo, dentre outros, reafirmaram o *desaparecimento* dos indígenas no processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão no conjunto da população regional.

A pesquisa apresentada a seguir, se insere dentre aqueles estudos que vêm sendo realizados nos últimos vinte anos sobre os chamados índios misturados no Nordeste. Esses grupos, que se mobilizam desde as primeiras décadas do século XX, colocando em questão crenças e afirmações sobre o desaparecimento indígena na Região, conquistaram considerável visibilidade política em anos recentes. Constituindo-se, portanto, em um tema a ser discutido na área de História, malgrado ainda preconceitos e o quase desconhecimento, expresso pelos escassos pesquisas sobre o assunto, nessa área de estudo.

Estradas, caminhos e veredas da Serra do Ororubá: as trilhas de uma pesquisa



A escolha e o interesse para um estudo sobre os Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira/PE, decorreu da forma evidente como, dentre os grupos que vivenciaram a chamada “emergência étnica”, esse povo ocupou e ocupa um lugar de destaque em meio às mobilizações, disputas e articulações políticas. Seja nos embates com os fazendeiros invasores do território reivindicado por esses indígenas, seja junto aos órgãos públicos, na busca pelo reconhecimento e garantia de seus direitos, ou ainda nas articulações com a sociedade civil.

Em meados dos anos 1980 os Xukuru se mobilizaram e participaram ativamente nos debates em torno da Assembléia Nacional Constituinte e para elaboração da nova Constituição, no ano de 1988. Apoiados e custeados pelo Conselho Indigenista Missionário-Regional Nordeste (Cimi-NE), grupos de Xukuru, juntamente com os de outros povos indígenas no Nordeste, viajaram por diversas vezes a Brasília, onde participaram de encontros de estudos, seminários, etc., e para fazer pressões sobre os deputados que discutiam a elaboração da nova Constituição.

A presença dos Xukuru na Capital Federal, em conjunto com índios vindos das demais regiões do Brasil, num momento político tão significativo, em muito impulsionou a organização e mobilização Xukuru nas reivindicações pelas terras. Após retornarem da Capital Federal, assessorados pelos missionários do Cimi-NE os Xukuru promoveram reuniões em várias localidades na Serra do Ororubá, para relatar os acontecimentos vivenciados em Brasília, bem como tratar sobre os direitos indígenas garantidos na nova Constituição. Nesse processo, destacou-se a liderança de Francisco de Assis Araújo, o “Xicão”, que, mais tarde, seria escolhido Cacique do povo Xukuru.

No final dos anos 1980 a afirmação, pelos Xukuru, do direito às terras reivindicadas, acirrou os conflitos entre os índios e os fazendeiros, na Serra do Ororubá, e nesse período os indígenas repetidamente se reportaram a acontecimentos do passado, para legitimar os direitos sobre o território reivindicado. Essas memórias remetem ao século XIX quando da participação dos índios, como voluntários da pátria, na Guerra do Paraguai, e o processo de extinção do Aldeamento de Cimbres, na Serra do Ororubá, em 1879. Ao afirmarem os direitos sobre as terras onde habitam, em constantes conflitos com os fazendeiros invasores, os Xukuru dizem que esses direitos lhes foram garantidos pelo Governo Imperial, como recompensa pela participação dos seus antepassados na Guerra do Paraguai.



A partir de uma pesquisa documental e principalmente de relatos de memórias orais de indivíduos Xukuru do Ororubá, procurou-se compreender como esse povo, a partir das experiências vivenciadas, estabeleceu relações com a história e expressa às interpretações que fazem do passado em função das situações do presente.

As memórias como fontes para a pesquisa histórica

Os conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros se tornaram mais latentes após a extinção do Aldeamento de Cimbres, em fins do século XIX. Nos anos seguintes os Xukuru tiveram a identidade indígena sistematicamente negada, ao serem considerados e chamados de caboclos. Oficialmente não tinham o mínimo dos direitos reconhecidos, como as pensões previstas em lei para os descendentes dos ex-combatentes naquela Guerra. Essa situação e as condições em que viviam, com suas terras espoliadas, motivaram a articulação de apoios para uma mobilização Xukuru, em meados dos anos 1950, em busca da assistência do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que atuava no Nordeste desde as primeiras décadas do Século XX, junto aos Fulni-ô, um grupo indígena vizinho.

A conquista do reconhecimento pelo SPI, porém, não pôs fim aos conflitos por terras, uma vez que o órgão governamental não tinha uma política fundiária para os índios no Nordeste, permanecendo as disputas nos anos seguintes. O estudo, portanto, procurou a partir das memórias orais Xukuru e registros escritos, compreender as conexões temporais entre as mobilizações indígenas pelas terras, nos anos 1980, e as ocorridas na década de 1950, quando os Xukuru conquistaram o reconhecimento oficial, com a implantação de um Posto do SPI na Serra do Ororubá. Em ambos os períodos, os Xukuru afirmaram seus direitos baseados nas memórias que seus antepassados receberam as terras como recompensa pela participação na Guerra do Paraguai, em um contexto de disputas pelas terras do oficialmente extinto Aldeamento de Cimbres/Ororubá, em fins do século XIX.

Procuramos então evidenciar os nexos estabelecidos pelos índios, por meio de suas memórias orais, com o século XIX e os anos 1950/1960, e ainda em fins da década de 1980, quando ocorreu o acirramento dos conflitos nas disputas entre índios e fazendeiros pelas terras na Serra do Ororubá, após a participação dos índios nas discussões para a elaboração da Constituição de 1988, que



garantiu os direitos indígenas. A partir da pesquisa dessas memórias e em fontes escritas, buscamos demonstrar como os Xukuru vivenciaram diferentes situações e elaboraram estratégias para afirmação da identidade e reivindicação dos direitos sobre as terras.

Para a elaboração do estudo foram realizadas diversas entrevistas e registrados relatos orais das memórias Xukuru. Utilizamos também, em alguns momentos, além de uma coletânea de depoimentos Xukuru publicados, as informações coletadas por outros estudiosos que pesquisaram aquele povo com diferentes abordagens. Realizamos uma pesquisa documental em diferentes fontes manuscritas e impressas dos séculos XIX e XX, somando-se a consulta em jornais publicados em Pesqueira e no Recife, entre os anos 1940-1980, disponíveis no Arquivo Público de Pernambuco e microfilmados na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

Além disso, buscamos fontes em outros arquivos, como os documentos produzidos por Curt Nimuendajú, disponíveis no Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) e no Museu Nacional/RJ, com informações sobre os Xukuru contidas em correspondências pessoais, fotografias e relatórios elaborados pelo etnólogo alemão, que esteve na Serra do Ororubá no início dos anos 1930. Como também consultamos, no acervo do Museu do Índio/RJ, a documentação do SPI sobre o Posto Indígena Xucuru e os registros da Inspeção 4ª Regional do SPI, relacionados àquele povo. Acrescentamos ainda ao texto algumas imagens, no sentido de contribuir para uma maior compreensão do assunto estudado.

A pesquisa em documentos históricos procurou situar os acontecimentos a que remetem as memórias Xukuru, todavia é sempre importante ter presente os interesses na produção desses documentos, em sua grande maioria nem sempre favorável aos indígenas. Nesse sentido, procurou-se evidenciar a importância dos relatos das memórias orais, isso porque,

(...) o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador,



mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora. (ALCAZAR I GARRIDO, 1992/1993, p. 36).

As entrevistas foram realizadas utilizando questões abertas, para favorecer ao/à entrevistado/a um relato mais livre e amplo, interrompido algumas vezes quando necessário um melhor esclarecimento dos assuntos narrados.

Privilegiamos entrevistar os/as índios/as mais velhos/as, pessoas com idades entre 50 e até mais de 80 anos, que em suas narrativas rememoram lembranças de vivências em suas infâncias e juventudes, objetivando obter informações sobre a questão da terra, os conflitos com os fazendeiros, as disputas internas, as relações de trabalho, o cotidiano, as formas de lazer, as cerimônias e os ritos religiosos, as memórias sobre a Guerra do Paraguai, as mobilizações para a instalação e as relações com o Posto do SPI, e também quais os indícios que aparecem delas na documentação pesquisada.

Em um primeiro momento foi discutido como, desde os fins do século XIX, após a extinção dos aldeamentos e até os anos 1960, as autoridades oficiais e diferentes pesquisadores, em artigos e livros publicados, sistematicamente questionaram ou negaram a existência de uma população indígena na Serra do Ororubá, onde atualmente habitam os Xukuru. Confrontamos os discursos que negavam os indígenas, com as idéias de João Pacheco de Oliveira sobre os índios e os processos de territorialização no Nordeste contemporâneo.

Demonstrou-se como os Xukuru recorrem às memórias sobre a Guerra do Paraguai, para afirmar a legitimidade de suas reivindicações do território disputado com os fazendeiros. A partir de uma discussão fundamentada na pesquisa documental e nas falas dos entrevistados, se procurou situar o quadro histórico a que se remetiam as narrativas das memórias indígenas.

A descrição da Serra do Ororubá enquanto espaço de disputas entre índios, pequenos agricultores e fazendeiros, foi feita a partir de relatos orais que os indígenas ouviram de seus antepassados sobre a posse e o uso da terra, e de uma bibliografia em que foram citados relatos e esboçadas imagens do final do século XIX e início do século XX, sobre as condições ambientais na Serra, invadida pelos grandes criadores de gado, e nas áreas úmidas, por engenhos de cana produtores de rapadura, com o trabalho da mão-de-obra indígena.



Foram utilizadas as informações sobre a produção industrial de doces e conservas, em fábricas de propriedade dos fazendeiros, instaladas em Pesqueira nos anos 1950, com plantios de frutas em partes consideráveis das terras indígenas, bem como os indicadores de pobreza, fome, mortalidade e desnutrição infantil ocorridas na Serra e nas periferias urbanas do município, à margem do progresso industrial, principalmente durante as secas periódicas na região. Foram evidenciados ainda os sítios enquanto espaços de sociabilidades por meio das festas, novenas, o trabalho em mutirão e as relações do cotidiano.

Por fim, Cimbres foi tratada como espaço de identidade e de memórias, expressas nas festas religiosas e rituais anuais e, principalmente, na dança do Toré. Baseando-se nas memórias orais indígenas, foram apresentados e discutido os deslocamentos de índios Xukuru que, em virtude das terras para plantar e viver estarem invadidas pelos criadores de gado, ou pelos plantios destinados à fábrica Peixe, ou ainda por causa das secas que periodicamente atingiram a Serra do Ororubá, foram trabalhar como operários nas indústrias urbanas em Pesqueira. Ou migraram para trabalhar na lavoura canavieira na Zona da Mata Sul pernambucana e Norte de Alagoas ou nas plantações de algodão no Sertão da Paraíba. A reflexão foi realizada tendo presentes também os estudos que tratam das migrações sazonais de trabalhadores nas regiões de produção do açúcar.

Foi abordado, ainda, o período das relações dos índios com o SPI. Discutindo-se inicialmente a visão corrente sobre os índios em Pesqueira, partindo das reflexões de um artigo publicado no *Jornal Diário de Pernambuco* (Recife), sobre a apresentação do Toré Xukuru por ocasião da recepção do novo bispo diocesano. Em seguida foi discutido o sentido atribuído pelos indígenas à visita do sertanista Cícero Cavalcanti na Serra do Ororubá. Com base em registros oficiais e em memórias indígenas dos primeiros contatos dos índios com o SPI, abordamos a viagem a pé realizada por três xukurus ao Rio de Janeiro, onde foram falar com Rondon, conseguindo a instalação de um Posto do órgão indigenista na Serra. Discutimos ainda, a partir da documentação do órgão indigenista e relatos indígenas, as relações com o Posto Xucuru e os conflitos resultantes da instalação do Posto no Sítio São José e não em Brejinho, de onde partiram os índios que foram ao Rio de Janeiro.

Outro momento da história Xukuru foi analisado, a partir de registros das memórias orais indígenas, jornais, da documentação do Dops e relatórios oficiais do período, que tratava da



mobilização e participação dos Xukuru nas Ligas Camponesas em Pesqueira, na ocupação da área da Pedra d'Água. Foram evidenciadas as memórias indígenas sobre a participação em uma polícia indígena, na organização camponesa e na ocupação da citada área, em um quadro social de exploração, conflitos, violências e expulsões de antigos moradores pelo avanço agroindustrial na Serra do Ororubá.

Por fim, partindo das constatações em um texto publicado pelo Governo do Estado de Pernambuco, em 1981, no qual os Xukuru foram descritos como remanescentes de caboclos “totalmente aculturados”, confrontando as afirmações do texto oficial com a abordagem histórica das situações evidenciadas em nosso estudo. Evidenciamos principalmente a mobilização Xukuru que apoiados pelo Cimi-NE, após participarem do processo da Assembléia Nacional Constituinte, em fins da década de 1980, passaram a reivindicar os direitos às suas terras, garantidos na Constituição aprovada em 1988.

Liderados pelo Cacique “Xicão” posteriormente os Xukuru iniciaram as retomadas das terras sob o domínio dos fazendeiros, justificando seus direitos baseados nas memórias, pois as terras foram recompensas pela participação de seus antepassados como voluntários na Guerra do Paraguai. As memórias Xukuru se situam na dinâmica das experiências históricas, a partir do vivido, o concebido e o expressado.

As análises em nossa pesquisa foram alicerçadas pelas reflexões de estudos sobre as memórias e as suas relações com a História, em autores clássicos como Maurice Halbwachs, como também nas idéias recentes de Michael Pollak e Verena Alberti, sobre o assunto. Permeia a abordagem ainda uma visão em uma abertura para o diálogo multidisciplinar com as recentes discussões antropológicas sobre os índios no Nordeste, que favorecem o estudo proposto.

A bibliografia utilizada em função da documentação primária e das obras datadas analisadas, bem como das abordagens que adotamos, se baseia na produção mais recente a respeito dos temas presentes no estudo e sobre os povos indígenas. Nesse sentido, além das produções atuais e os vários artigos publicados em periódicos que de alguma forma trataram de assuntos relacionados à nossa pesquisa, recorreremos também a dissertações e teses acadêmicas. No caso específico sobre os Xukuru, foram de grande valia o estudo de Vânia Fialho (SOUZA, 1989) e o de Kelly Oliveira (OLIVEIRA, 2006).

No primeiro estudo originalmente uma pesquisa para o Mestrado em Antropologia, a pesquisa foi baseada na observação participante e em entrevistas, além de fontes documentais dos séculos XIX e XX. A partir do conceito de “campo intersocietário” elaborado por João Pacheco de Oliveira e na idéia de “drama social” proposta por Victor Turner, foi analisada a afirmação de uma etnicidade Xukuru em meio às situações de conflitos (os dramas) geradas no processo de identificação entre 1988 e 1991 para a demarcação oficial do território Xukuru. Para a autora, os dramas sociais vivenciados remetem a um processo histórico explicativo da formulação do modo de ser, da etnicidade/identidade Xukuru.

Já no segundo estudo, originalmente uma pesquisa realizada entre 2004 e 2006 para o Mestrado em Sociologia, a autora analisou o processo de organização política e simbólica Xukuru e a formação de lideranças indígenas e as inter-relações dos agentes envolvidos nesse processo. A pesquisa, baseada em entrevistas e fontes documentais, contemplou o período desde os primeiros contatos com o SPI na década de 1940 até os anos 1990.

Ambas as pesquisas, se referiram às questões e temas expressados nas memórias orais Xukuru: como a idéia do caboclo, a Guerra do Paraguai, o período da tutela do SPI, as migrações indígenas e as Ligas Camponesas, que não foram aprofundados em razão da natureza e das propostas dos objetos daqueles dois citados estudos. Em nosso estudo retomamos e procuramos então discutir a partir de uma abordagem histórica esses temas.

Índios na Serra do Ororubá: uma história de experiências

Uma publicação de 1981 do governo estadual traz informações de seis dos sete grupos indígenas então oficialmente reconhecidos em Pernambuco. Com o objetivo de conhecer a situação em que viviam os índios no Estado, após uma pesquisa bibliográfica e contatos com pessoas vinculadas ao assunto, com o apoio da Funai, posteriormente foram realizadas visitas para observações e entrevistas nos locais de moradias indígenas, entre os meses de março a julho do ano anterior a publicação (Condepe, 1981).

O texto publicado repetiu as concepções, bem como o etnônimo oficial sobre a identidade indígena, para localizar e nomear “O aldeamento dos remanescentes Xucuru”, na Serra do Ororubá.



“Os Xucuru” foram contabilizados em “2.228 caboclos”, apresentando uma situação de peculiaridade em relação aos demais grupos indígenas em Pernambuco, por serem oficialmente reconhecidos, contarem com um Posto Indígena e não possuírem uma “Reserva” com terras demarcadas.

A pesquisa constatou que “os caboclos” viviam em pequenas glebas de terras espremidas entre “propriedades de civilizados”, dificultando “o contato mais estreito entre os grupos familiares” (Condepe, 1981: 63). Estas afirmações não correspondiam à situação vivenciada pelos Xukuru, pois observações resultantes da pesquisa, realizada em tão curto período, não possibilitaram perceber que, apesar das perseguições e pressões por parte dos fazendeiros e de poucos índios possuírem pequenos pedaços de terras, os Xukuru mantinham intensas relações sociais.

Os então chamados “sítios” eram espaços de sociabilidade seja por meio de festas, novenas, ou com as “juntadas”, o trabalho em mutirão nas roças dos que possuíam terras. A pesquisa da missão oficial constatou ainda a moradia de índios em diversas localidades, nomeadas como “aldeias” e não mais sítios, significando o reconhecimento da presença de uma população com identidade étnica específica naqueles lugares, ainda que, contraditoriamente, a própria Funai, ao nomeá-los “caboclos” ou “remanescentes”, e obviamente os fazendeiros invasores negassem a existência de indígenas na Serra do Ororubá. O texto oficial listou como “aldeias” onde moravam “descendentes da população” indígena: Canabrava, Brejinho, Gitó, Boa Vista, Goiabeira, Afetos, Santana, Lagoa, Trincheira, Matinha, Caetano, Caldeirão, Retiro, São Brás e Canivete.

Muitas dessas localidades são relacionadas em documentos históricos e foram citadas ou visitadas, para realização de entrevistas, durante a pesquisa para elaboração do nosso estudo. Após fazer uma retrospectiva histórica sobre a presença indígena na Serra do Ororubá, o texto do Condepe abordou a situação socioeconômica dos Xukuru. Foi constatado apenas um diminuto número de famílias indígenas possuindo um pedaço de terra: “Do número total de famílias, apenas 160 dispõem de terra própria, em lotes de aproximadamente 1/2 ha” (Condepe, 1981: 65). As demais trabalhavam em terras de outros índios ou de fazendeiros criadores de gado.

O texto colocou em oposição os índios e os fazendeiros, afirmando que os primeiros usavam técnicas agrícolas rudimentares e nomeando os segundos como “civilizados”. Ou seja, em plena década de 1980, um texto elaborado por técnicos governamentais expressava concepções já então



superadas pelos estudos especializados sobre a temática indígena. Segundo aquele levantamento (Condepe, 1981), com as terras em mãos dos fazendeiros seu uso pelos índios, ocorria em regime de arrendamento, para plantar o milho e feijão, e o capim, este último para os fazendeiros. O que restava da roça era destinado à alimentação do gado.

Contudo, o texto deixou de informar em que condições isso ocorria. Vários depoimentos que colhemos durante a pesquisa, esclareceram que o gado era solto dentro da roça indígena quando esta estava sendo colhida. De acordo com a publicação oficial ainda, a escassez de terras influenciava nas condições de pobreza dos Xukuru, com a desnutrição e doenças decorrentes da fome. O Posto da Funai realizava o atendimento e distribuía remédios. Todavia, na própria documentação do SPI estão registrados os constantes pedidos dos encarregados do Posto, anteriormente a vigência da Funai, de remédios para a farmácia destinada a atender os Xukuru.

Do ponto de vista das “Manifestações Culturais e Religiosas” a publicação do Condepe tratou os Xukuru a partir da ênfase na idéia das perdas culturais. Eles foram denominados de caboclos que estavam “totalmente aculturados”, isso porque as expressões culturais estavam em acelerado processo de “desaparecimento”. Por essa razão a unidade do grupo estava fragilizada, e não eram mais percebidos traços de vida comunitária. Apenas em Canabrava havia alguma coesão e apenas vestígios da língua materna falada somente pelos mais velhos.

Permeia o texto, portanto, a idéia de uma essência cultural expressa por meio de sinais distintivos, a exemplo do falar pleno de uma língua original, cuja ausência entre os moradores na Serra do Ororubá, significava o desaparecimento daqueles “remanescentes” indígenas. Ainda que o Toré continuasse sendo dançado, como constatou a equipe governamental que visitou a Serra do Ororubá, o texto negava a existência de expressões culturais indígenas. Os pesquisadores não conseguiram “ler”, nas entrelinhas, o significado das queixas Xukuru sobre as humilhações dos fazendeiros que ridicularizavam os “costumes” indígenas.

Mesmo evidenciando Cimbres como o “centro das manifestações comunitárias de cunho místico-religiosas” indígenas, onde ocorriam grandes festejos em louvor a São João e Nossa Senhora das Montanhas, o texto afirma não se tratar de uma festa indígena, e sim uma festa regional na qual os “caboclos” participavam, juntamente como os não-índios. Não foi levada em consideração a



apropriação e o sentido que os Xukuru sempre deram àquele local e as festas ali celebradas, como procuramos demonstrar em nosso estudo.

O texto oficial não explorou o significado das narrativas indígenas sobre o “achado da imagem” de N.Sra. das Montanhas, e igualmente os rituais em que os indígenas se vestem com adereços de palhas próprios para a ocasião, enquanto expressões das apropriações e reelaborações culturais Xukuru. As narrativas e informações sobre as expressões culturais indígenas foram relatadas pelo “caboclo Antero”, figura que não recebeu a devida importância na pesquisa, não obstante tratar-se de Antero Pereira, o Cacique Xukuru na época, morador na atual Aldeia Cana Brava, de onde se originou o cacicado Xukuru e também um dos locais, na Serra do Ororubá, em que a maioria das famílias indígenas sempre possuiu pequenos pedaços de terras.

Ainda que, oficialmente, continuassem sendo chamados de caboclos e assim tivessem negada sua identidade étnica indígena, em meados dos anos 1980 os Xukuru se mobilizaram e participaram ativamente dos debates em torno da Assembléia Nacional Constituinte e da elaboração da nova Constituição aprovada em 1988. A participação Xukuru foi incentivada e apoiada, durante todo tempo, pelo Cimi-NE.

Apoiados e custeados pelo Cimi-NE, grupos de Xukuru, juntamente com os de outros povos indígenas no Nordeste, viajaram por diversas vezes a Brasília para participar de encontros de estudos, seminários, e para pressionar os deputados que discutiam a elaboração da nova Constituição. A presença dos índios nordestinos na Capital Federal, em conjunto com índios vindos das demais regiões do Brasil, em um momento político tão significativo, deu uma considerável visibilidade às reivindicações dos índios no Nordeste. Nesse processo, destacou-se e tornou-se bastante reconhecida, entre os índios no Nordeste, a liderança de Francisco de Assis Araújo, o “Xicão”, que, retornando de Brasília seria escolhido Cacique do povo Xukuru.

A participação nos eventos em torno da Constituinte em muito impulsionou a organização e mobilização Xukuru. Durante as várias estadas em Brasília, o Toré foi dançado em diversas vezes e assumiu, além de um significado político, um marco da identidade e mobilização Xukuru. Promulgada a Constituição e retornando da Capital Federal, assessorados pelos missionários do Cimi-NE os Xukuru promoveram em Cana Brava uma reunião acompanhada de muito Toré, com



índios das diversas aldeias na Serra do Ororubá, para relatar os acontecimentos vivenciados em Brasília, bem como tratar dos direitos indígenas garantidos na nova Constituição.

Decidiram também pela realização de reuniões nas demais aldeias, para continuar discutindo o assunto. A escolha de Francisco de Assis Araújo para ser o Cacique “Xicão”, deu um novo impulso à organização e mobilização interna Xukuru, e na busca de apoio da sociedade civil, a exemplo do Cimi-NE, para a conquista dos direitos indígenas sobre as terras. Após pressões dos Xukuru, que ingressaram com uma ação judicial na Procuradoria da República no Recife contra o Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca, uma portaria ministerial determinou a criação de um Grupo de Trabalho, formado por técnicos da Funai, para iniciar o processo de identificação e delimitação da terra indígena Xukuru.

O levantamento realizado pelo GT, coordenado pela antropóloga Vânia Fialho Souza, cadastrou 281 imóveis rurais na área delimitada em 26.980 hectares. O Prefeito de Pesqueira, secretários municipais, pelo menos um vereador e familiares do então Vice-Presidente da República Marco Maciel foram listados como posseiros. O trabalho realizado pelo GT foi bastante significativo para os Xukuru, uma vez que oficialmente as reivindicações indígenas estavam sendo reconhecidas. Mas, por outro lado, aumentaram as tensões entre os índios e os fazendeiros, que passaram a não mais ceder terras em regime de arrendamento e não aceitar trabalhadores que se identificassem como Xukuru.

A recusa dos fazendeiros de utilizar mão-de-obra indígena agravou as condições de pobreza dos Xukuru que, motivados pelo levantamento do GT, iniciaram o processo de retomada de suas terras. (OLIVEIRA, 2006, p.107-108). A primeira área a ser retomada foi Pedra d’Água, em fins de 1990. Conforme mencionada, Pedra d’Água fora ocupada pelos índios, no início dos anos 1960 numa ação conjunta com a Liga Camponesa. Cerca de 300 índios, em 1990 contando com apoio jurídico do Cimi-NE, ocuparam 110 ha. em Pedra d’Água, que estava nas mãos de 15 posseiros arrendatários de Prefeitura da Pesqueira, em terras de propriedade da União cedidas ao Município.

Se, por um lado, esse processo ampliou a dimensão da visibilidade política da organização e mobilização Xukuru pela demarcação de um território, por outro, aumentou a rejeição e negação por parte dos fazendeiros sobre a existência de um grupo indígena na Serra do Ororubá. Os questionamentos sobre a identidade indígena e a disputa pelo direito às terras ultrapassaram



Pesqueira e ocuparam espaços na imprensa pernambucana e de outras regiões do Brasil, como o importante jornal *Folha de São Paulo*, que ocupou uma página inteira de uma edição de domingo, com uma longa reportagem, incluindo vários depoimentos de índios xukurus e fazendeiros.

Os argumentos apresentados por índios e de fazendeiros expressavam um confronto de concepções no presente, relacionado a um passado que fundamentava a identidade indígena, conferindo o direito à propriedade das terras em disputa. Na citada reportagem, Evandro Maciel Chacon, Prefeito de Pesqueira, primo do então Vice- Presidente da República, Marco Maciel, e posseiro na Serra do Ororubá, dizia estar procurando mediar o conflito. Para garantir os mananciais que abasteciam a cidade de Pesqueira, localizados nas terras reivindicadas pelos indígenas, o Prefeito recorreu à Justiça contestando o relatório da delimitação do território Xukuru elaborado pela Funai. Evandro Chacon questionou a existência Xukuru, quando afirmou: *“Houve uma aculturação. Se bobear tem índio mais para São Paulo do que eu”*.

Para o fazendeiro Hamilton Didier, que tivera as terras em seu poder ocupadas pelos Xukuru, muitos estavam se passando por índios: *“Eles estão estudando o dialeto, para dizerem que são índios. Eu dou minha fazenda para você, se você achar algum índio lá”*. Ele também afirmou: *“Aqui (em Pesqueira) existem tantos índios quantos existem hoje na Avenida Paulista ou em Copacabana”*. E ironicamente, ainda acrescentou: *“Eles, os que se dizem índios, perderam o dialeto na estrada, talvez na subida da serra”*. Ao que respondeu Cacique “Chicão”: *“Tomaram nossa língua. Isso foi até bom. Imagine se a gente não soubesse falar português. Estávamos mortos”*¹⁸. Para o fazendeiro, uma identidade indígena perdida e expressa, por exemplo, no falar de uma língua nativa, era um dos critérios ausentes nos que se afirmavam índios para exigir os direitos às terras.

Para os Xukuru, as relações históricas explicavam a condição até vantajosa em que se encontravam, para reivindicar o que era seu de direito. Como foi visto, é a partir de suas memórias que os Xukuru do Ororubá lêem a história para justificar a reivindicação de seus direitos. As memórias Xukuru foram por eles retomadas tanto no início dos anos 1950, quando buscaram os benefícios da lei para familiares de ex-combatentes na Guerra do Paraguai e o reconhecimento oficial para a instalação de um Posto do SPI na Serra do Ororubá, como em fins dos anos 1980, quando,

¹⁸Caboclo, xucuru pode virar sem-terra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7/12/1996, p.11.



após participarem nas discussões e mobilizações para a elaboração da nova Constituição Federal que garantiu os direitos indígenas, passaram a reivindicar as suas terras invadidas por fazendeiros.

Naquela década quando os conflitos por terras e os direitos indígenas em Pesqueira ocuparam o espaço público de debates por meio da imprensa, os Xukuru do Ororubá recorreram as suas memórias para contrapor as afirmações contrárias à existência indígena por parte dos fazendeiros. Por meio da pesquisa das memórias, percebemos elos de uma história coletiva, de um pertencimento, em um conjunto de situações e experiências históricas que conferem uma identidade, baseada em um espaço ancestral comum, a Serra do Ororubá. Daí ser possível afirmar a existência de uma memória coletiva: *“A memória coletiva aparece como um discurso da alteridade, no qual a posse de uma história que não se divide, dá ao grupo sua identidade”* (GODOI, 1999: 147).

Uma memória compondo um patrimônio dinâmico e, a exemplo do ocorrido em outros lugares e situações, *“Verifica-se que ela é ativada num contexto de pressão sobre o território do grupo, atuando como criadora de solidariedades, produtora de imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão, delimitando as fronteiras sociais do grupo”* (GODOI, 1999: 147).

As memórias orais dos Xukuru do Ororubá sobre a Guerra do Paraguai ocupam um lugar central nas leituras da História feitas pelos índios para afirmarem o direito às terras. Elas foram conquistadas como recompensa pela participação de seus antepassados naquela Guerra. Um entrevistado lembrou o famoso batalhão “30 do Ororubá”, relatando como os Xukuru voluntários da Pátria, após lutarem e vencerem a Guerra do Paraguai foram recebidos pessoalmente, no Rio de Janeiro, pelo casal imperial que teriam retribuído a participação Xukuru na Guerra em defesa do Brasil com a concessão das terras reivindicadas pelos indígenas. A história contada pelos Xukuru do Ororubá é pontuada por acontecimentos, momentos e marcos por eles considerados fundamentais tais como: a participação na Guerra do Paraguai, a época da busca pelo reconhecimento do SPI, nos anos 1950, e o período da mobilização para as retomadas das terras, nos anos 1980, sob a liderança do Cacique Xicão. As memórias sobre a participação dos Xukuru na Guerra do Paraguai, portanto, são relidas em diferentes contextos.

Nos relatos das memórias orais dos Xukuru do Ororubá, é possível perceber outros momentos que expressaram o cotidiano, os espaços de sociabilidades criados na Serra do Ororubá, o significado de Cimbres como um espaço de referência da memória mítico-religiosa para a afirmação da



identidade do grupo, as relações de trabalho com os fazendeiros ou como operários na indústria, em Pesqueira. E ainda nas atividades exercidas, para sobrevivência, por falta de terras, e em razão da seca, na lavoura canavieira na Zona da Mata Sul pernambucana e Norte alagoana, ou nas plantações de algodão no Sertão paraibano. São fragmentos colhidos de relatos individuais, de memórias autobiográficas, mas que fazem parte de uma história coletiva, na medida em que toda memória individual se apóia na memória grupal, pois toda história de vida faz parte da história em geral (HALBWACHS, 2004: 59).

Analisando os relatos dos Xukuru do Ororubá, é possível afirmar, como disse Michael Pollak, quando discutiu sobre memória e identidade social, que, entre os Xukuru do Ororubá é *“perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada”*. (POLLAK, 1992: 2). Compreender o significado das memórias orais Xukuru do Ororubá é compreender a “história de experiências”. Um debruçar sobre essas narrativas possibilita entender como *“pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências”* (ALBERTI, 2004: 25).

Essas experiências foram e são marcantes, porque foram intensamente vividas. As narrativas das memórias orais do povo Xukuru nos ajudam ainda a *“entender como pessoas e grupos experimentaram o passado e torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas”* (ALBERTI, 2004: 26). As reflexões aqui apresentadas procuraram evidenciar como os Xukuru do Ororubá, apoiados na memória e na história que compartilham sobre o passado, fazem à releitura de acontecimentos que escolheram como importantes, para afirmarem seus direitos, mesmo em meio às tantas pressões e perseguições, enquanto um povo indígena, a partir do vivido, do concebido e do expressado.



BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ª ed. São Paulo, LECH, 1980.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- ALCÀZAR I GARRIDO, Joan Del. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n.º 25/26, p.33-54, set.1992/ago.1993.
- ARRUTI, José Maurício P. A. Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, v.8, n.º. 15, p.57-94, 1995.
- AZEVEDO, Fernando A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- CONDEPE. Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco. *As comunidades indígenas de Pernambuco*. Recife: Gov. do Estado de Pernambuco/Secretaria de Planejamento, 1981.
- CUNHA, M. C. da. (Org.). **Legislação indigenista no Século XIX**. São Paulo, Edusp, 1992.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.
- GODOI, Emilia Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1999.
- GRUNEWALD, Rodrigo de A. (Org.). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2005.
- GRUZINSKI, Serge. **La guerra de las imágenes: de Cristóbal Colón a “Blade Runner”** (1492-2019). México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.



HOHENTHAL, JR. W. Notes on the Shucurú indians of Serra do Ararobá, Pernambuco,

Brasil. In, *Revista do Museu Paulista* (Nova Série), vol. VIII, p.93-166, 1954

LIMA, Antonio Calos de S. Da guerra de conquista ao poder tutelar: elementos sobre a relação entre o Estado Nacional e povos indígenas no Brasil Republicano. In, AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John M. (Orgs.). *Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 345-367.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e dominação no Brasil escravista**: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830). João Pessoa, Idéia, 1993.

MELO, M. Etnografia Pernambucana: os Xucuru de Ararobá. In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 33, pp. 43 – 45, 1935

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas. In, NOVAES, Adauto. (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999, p.237-249.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Geisa Regina Barros de. **“Esse negócio de Tupã...”**: um estudo sobre a construção da figura indígena em A lenda dos cem de Gilvan Lemos. Recife, UFPE, 2000. (Dissertação Mestrado em Teoria da Literatura).

OLIVEIRA, João P. de. (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2004.

OLIVEIRA, João P. de. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.



OLIVEIRA, Kelly. E. de. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru.** João Pessoa, UFPB, 2006. (Dissertação Mestrado em Sociologia).

PINTO, Estevão. **Pernambuco no Século XIX.** Recife, Imprensa Industrial, 1922.

PINTO, E. **Etnologia Brasileira: Fulniô os últimos tapuias.** São Paulo, Nacional, 1956.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, 1992, 5(10), p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In, *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, 2(3), p. 3-15, 1989.

PORTO ALEGRE, M. S. Cultura e História, sobre o desaparecimento dos povos indígenas. In, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 23/24, n.º1/2, p. 213-225, 1992/1993.

PROFESSORES XUKURU. **Xucuru, filhos da mãe Natureza: uma história de resistência e luta.** Olinda, CCLF, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1982 (a primeira edição brasileira é de 1970).

SANTOS, Myrian S. dos. **Memória coletiva & teoria social.** São Paulo, Annablume, 2003

SANTOS, Luiz Cristóvão dos. **Caminhos do Pajeú.** Recife, Editora Nordeste, 1954

SETTE, Hilton. **Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais.** Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife. 1956.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In, BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo, UNESP, 1982, p. 39-62.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988.** Campinas, UNICAMP, 2008. (Tese Doutorado História Social)



SILVA, Edson. Memórias Xukuru e Fulni-ô da Guerra do Paraguai. In, *Ciência em Revista*. São Luís: UFMA, v.3, nº2, p.51-58, 2005.

SILVA, Edson. “Nossa Mãe Tamain”. Religião, reelaboração cultural e resistência indígena: o caso dos Xukuru do Ororubá (PE). In, BRANDÃO, Sylvana. (Org.). *História das religiões no Brasil*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2002, vol. 2, p. 347-362.

SILVA, Edson. “O nosso direito”. Conflitos e resistência indígena em Pernambuco no Século XIX. In, SILVA, Edson et alli. *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: Edufal, 1999, p. 265-279.

SILVA, Edson. “Confundidos com a massa da população”: o esbulho das terras indígenas no Nordeste do século XIX. In, *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*, nº. 46, vol. 42, 1996. dez./96, p.17-29.

SILVA, Edson. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880). Recife, UFPE, 1995. (Dissertação Mestrado História).